

Sexta-Feira, 25 de Setembro de 2026

Operação Naco investiga fraude de R\$ 5,7 milhões em contratos de prefeitura de Mato Grosso

Ministério Público cumpre mandados contra agentes públicos e ex-prefeito candidato a deputado por irregularidades em licitações

O Ministério Público de Mato Grosso dá prosseguimento a uma operação na manhã desta sexta-feira (25) em Pontes e Lacerda, localizado a 483 quilômetros de Cuiabá. A ação envolve o cumprimento de 12 ordens judiciais direcionadas a servidores públicos e empresários investigados por práticas irregulares em contratos celebrados pela administração municipal durante o período de 2017 a 2024.

Entre os investigados encontra-se Alcino Barcelos, do partido PL, ex-gestor do município de Pontes e Lacerda (448 km de Cuiabá), que atualmente dispute uma candidatura para deputado estadual.

A investigação é conduzida pelo Núcleo de Ações de Competência Originária, que trabalha na apuração de possíveis crimes relacionados a fraude em processos licitatórios, movimentação ilícita de recursos e formação de organização criminosa. As apurações indicam um padrão de beneficiamento à empresa Concretubos Pré-Moldados Ltda. nos ajustes firmados com o município.

Conforme revelam os autos, foram documentados sete instrumentos contratuais entre a referida empresa e o poder público local. Destes, cinco foram assinados no biênio 2022-2023, somando aproximadamente R\$ 4,7 milhões. Com a aplicação de correção monetária, o montante chega a R\$ 5,78 milhões.



Alcino Barcelos, ex-prefeito de Pontes e Lacerda

Os trabalhos investigativos revelaram conexões potenciais de natureza familiar, comercial e funcional entre agentes da administração e particulares envolvidos nas negociações. Documentações do Conselho de Controle de Atividades Financeiras apresentaram registros de transações que despertam suspeitas.

A investigação também abrangeu a aquisição do imóvel rural denominado Estância Rancho Fundo I pelo ex-prefeito Alcino Pereira Barcelos. Segundo os dados apurados, o acordo comercial estabelecia o pagamento através da transferência de cem cabeças de gado Nelore. Contudo, os investigadores não localizaram documentação oficial que comprovasse movimentação de rebanho compatível com essa operação.

As providências autorizadas pelo Poder Judiciário abrangem execução de buscas e apreensões, acesso a informações de natureza telemática, revelação dos sigilos bancário, fiscal e financeiro dos investigados, bem como o bloqueio de patrimônio, direitos creditórios e valores. A operação conta com participação da Polícia Judiciária Civil e da Controladoria-Geral do Estado.